

A reação dos direitos humanos aos retrocessos

*Helder Salomão**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), desde a sua criação em 1995, sempre foi considerada a principal trincheira de atuação dos movimentos sociais dentro do parlamento brasileiro. Foi através dela que pautas consideradas polêmicas e controversas emergiram na agenda política nacional e passaram a ter notoriedade.

No entanto, não é tarefa fácil jogar luz em temas considerados “sem importância” quando se tem uma Câmara dos Deputados composta por 62% de homens brancos, uma única representação indígena, apenas 22% de homens negros e 14% de mulheres, situação que deixa clara a falta de compromisso com as chamadas minorias e a exclusão política de vários segmentos da sociedade.

Essa falta de pluralidade torna praticamente impossível que as vozes dessas minorias reverberem no parlamento, sendo necessário que isso ocorra através de terceiros, normalmente pessoas que não vivem na pele as questões que precisam ser resolvidas. É neste ponto que entra a CDHM, para dar protagonismo a estes indivíduos invisibilizados e permitir que a voz daquele que tem verdadeiro lugar de fala possa ecoar oficialmente no parlamento.

Importa destacar que os direitos humanos vêm sofrendo ataques por total desconhecimento de sua função dentro da sociedade. São ataques daqueles que não têm apreço pela igualdade, liberdade e fraternidade. A defesa dos direitos humanos, é a defesa contra a barbárie, é a voz que se levanta para que os mínimos direitos do cidadão sejam respeitados, que evita que o Estado extrapole o seu poder punitivo, limitando-o pelos ditames constitucionais que fundamentam a sua própria existência.

Direitos humanos não é para “proteger bandido”, é para defender a todos, inclusive aquele que cometeu um ato hediondo e deve receber a punição, conforme estabelecido na lei, nem mais nem menos. É através da luta pelos direitos humanos que se evita a volta do estado de natureza hobesiano de todos contra todos, do olho por olho, dente por dente.

Os críticos levantam-se contra os direitos humanos por considerarem que não há o amparo das vítimas, o que é uma inverdade sem tamanho. A preocupação é para que o Estado de Direito esteja presente, que a vítima receba a devida atenção do Estado que falhou na proteção de sua integridade, assim como do autor da ofensa que não pode ter punição diversa daquela prescrita na legislação pertinente. É a defesa para que a lei seja respeitada à risca.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias acaba por cumprir este papel, ao ter a prerrogativa regimental de fiscalizar as ações do Estado, bem como ser provocada por cidadãos que tenham seus direitos fundamentais ameaçados.

Na atual conjuntura política do país, com o crescimento de um discurso de intolerância e belicoso, insuflado pelo chefe do Poder Executivo, a comissão passa a ter importância como nunca tivera na defesa intransigente dos direitos humanos, proteção das minorias e reação contra qualquer ameaça aos direitos consagrados em nossa Constituição.

**Professor, Filósofo, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.*